

CORRUPÇÃO NA POP

PÁG. 2

■ JOSÉ MARIA NEVES NAS VÉSPERAS
DO XI CONGRESSO DO PAICV

"Este mandato é
muito mais difícil"

SUPLEMENTO



■ AVALISTAS DO PRD COM BENS CONFISCADOS

Pág. 13

■ CÂMARA DO MAIO NEGOCEIA MAIS TERRENOS COM DOMINGOS PÔNCIO GARCIA

Pág. 4

■ ASSISTENTE DE BORDO FORAGIDO É CAPTURADO NA BOA VISTA

Pág. 16



APRESENTAÇÃO ELECTRÓNICA DE FACTURAS / PAGAMENTO DE SERVIÇOS

Com a GARANTIA, já pode consultar e liquidar as suas facturas nas caixas ATM,
a qualquer hora, em qualquer ponto da Rede **vinti4**



GARANTIA

Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA

Contacte-nos!



Há indícios fortes de corrupção na secção de Trânsito da Polícia Nacional, envolvendo inclusive alguns oficiais da corporação. As suspeitas levaram o ministro da Administração Interna a ordenar uma inspeção para identificar os agentes que, supostamente, recebem dinheiro para retirar multas aplicadas pelos seus colegas. Os polícias proprietários de hiaces e táxis clandestinos também são abrangidos por esta investigação que decorre há cinco meses e só não foi concluída ainda porque o caso tem conhecido evoluções cada vez mais preocupantes. Tanto assim é que Júlio Correia já tem na forja uma mudança radical na Brigada de Trânsito, a começar pela substituição do chefe daquele departamento e pela desvinculação da PN de todos os implicados no relatório de investigação.

Por: Herminio Silves *

Corrupção na POP

asemana Sexta-feira, 13 de Outubro de 2006

A Brigada de Trânsito da Polícia Nacional está a ser passada a pente fino por uma equipa de inspeção indigitada pelo próprio ministro da Administração Interna, Júlio Correia, para investigar a existência de uma suposta rede de corrupção nesse departamento policial. Segundo fontes de **A Semana**, os indícios já apurados pela equipa de inspeção apontam que agentes da polícia, sobretudo na Praia, recebem dinheiro para fazer desaparecer do computador multas aplicadas a determinados veículos, causando um prejuízo de milhares de contos por mês aos cofres da Polícia – centenas de contos por dia.

“O dinheiro necessário para subornar o agente é calculado quase numa proporção directa ao valor da multa. Para uma multa de 20 contos um agente pode cobrar 5 contos para eliminar o processo. Se for de 40 contos basta pagar-se 10 mil escudos para a multa ser retirada. Ou seja, tudo indica que os polícias cobram um quarto do valor da multa para fazer o trabalho”, revela uma fonte policial, que adianta ainda haver casos de agentes que são pagos diariamente para “fechar os olhos” a certas viaturas. “Isso acontece sobretudo em Santa Catarina, onde alguns hiaces e carrinhas de caixa aberta (Toyota Dyna, Hilux, etc.) transportam passageiros e carga, sem

sequer possuírem licença de aluguer. Por isso, os proprietários desses veículos subornam os agentes com uma ‘mão fechada’ para deixarem passar a viatura, fugindo, assim, de uma multa que vai de 25 a 80 contos. Ou então o agente simula multar o motorista para depois, às escondidas, rasgar o documento”.

O mesmo esquema é utilizado na Praia por proprietários de táxis clandestinos. Só que aqui, de acordo com as nossas fontes, o caso engrossa, ganhando contornos mais escandalosos. É que, com base em informações recolhidas pela equipa de inspeção, já é bastante significativo o número de polícias que são proprietários de hiaces e táxis clandestinos. “E não são simples agentes. Existem mesmo oficiais com um, dois, três táxis clans a circular na Praia. E os ‘clans’ de polícias nunca são multados, exactamente porque os seus donos são oficiais de alta patente. E se por ‘distracção’ esses clandestinos forem apanhados, basta uma deslocação do oficial-proprietário à Brigada de Trânsito para tudo ficar resolvido”, indica um policial, que refere ainda a existência de pelo menos dois magistrados com táxis clandestinos (não revelam nomes) referenciados na inspeção interna por que passa a divisão de Trânsito da Polícia Nacional.

Segundo fontes deste jornal, esta é apenas

a ponta do iceberg, de “uma grande máfia existente na Polícia de Trânsito, minada por muitas fantasmas e agentes corruptos”. O ministro da Administração Interna, Júlio Correia, ao tomar conhecimento da situação, ordenou de imediato uma inspeção interna para apurar a veracidade das denúncias. A investigação começou há cerca de cinco meses e só não ficou concluída ainda porque, à medida que avançam no terreno, os inspectores são confrontados com novos dados, de contornos cada vez maiores.

MUDANÇA RADICAL

A Semana tentou ouvir o director-geral da Polícia Nacional, Carlos Graça, mas tal não foi possível. Entretanto, junto do Ministério da Administração Interna, este jornal ficou a saber que, embora a inspeção esteja ainda em curso, Júlio Correia prepara uma mudança radical – “uma volta de 180 graus” – na secção de Trânsito da Polícia. Para já, o chefe da secção, Pedro Araújo, que até já pediu reforma, vai ser substituído.

Este semanário está ainda em condições de afirmar que o ministro da Administração Interna só espera o relatório de inspeção para mandar desvincular dos quadros da Polícia

Nacional todos os agentes, e até oficiais, que estiverem implicados na trama das multas. “O ministro quer mão dura na tomada de medidas. Assim todos os policiais que forem apanhados pela inspeção serão expulsos da corporação”, anuncia a nossa fonte, para quem esta decisão encontra força no objectivo traçado pela PN, que é o de reforçar a Divisão de Trânsito com 40 novos agentes, a partir de Janeiro de 2007. As mudanças previstas por Júlio Correia englobam ainda a informatização do serviço de Trânsito, com mais equipamentos e melhores condições de trabalho. “O novo sistema informático vai evitar a eliminação das multas, criando códigos mais seguros e restritos”, salienta a mesma fonte.

Com efeito, a existência de uma suposta rede de corrupção na polícia levou o ministro da Administração Interna a criar o departamento de Inspeção-Geral da Administração Interna, que deverá funcionar antes do fim deste ano. Este novo serviço será dirigido pela jurista Lizete Neves e tem como finalidade “assegurar o controlo externo da legalidade da Polícia Nacional”. Isto numa altura em que a PN goza de boa aceitação e popularidade sobretudo na Praia, onde a sua intervenção tem sido mais sentida.

com JVL

BIC EM EUGÉNIO LIMA

A Brigada de Investigação Criminal da POP, extinta há alguns anos, vai ser retomada a partir do próximo dia 20. Essa divisão da polícia ficará instalada na recém-construída Esquadra de Eugénio Lima – cujas obras se arrastaram durante anos, tendo o edifício ficado em total abandono, servindo de latrina aos moradores desse bairro da periferia. A nova BIC será chefiada pelo

comissário José Gabriel e terá como principal tarefa a patrulha da orla marítima, com destaque para a cidade da Praia, onde o índice de criminalidade é elevado.

Outra novidade é o reforço do destacamento de Piquete da Polícia Nacional, na Praia, com mais duas viaturas, aumentando assim para seis os veículos de patrulha do chamado 132. A propósito, este serviço vai

mudar-se da Achada de Santo António para a Esquadra do Palmarejo, a fim de dar maior cobertura a este bairro da capital. Na ASA vai ficar a Brigada de Trânsito.

Nos próximos dias começa também a funcionar na cidade do Mindelo o destacamento de Piquete da Polícia Nacional, o famoso 132.

HS

PUB

O Tribunal de Contas quer que o governo lhe indique quem e quantos são os aposentados a exercerem funções na administração pública. Este é o mais recente desenvolvimento do caso de reformados do Estado que hoje, por razões várias, continuam no activo auferindo duas remunerações na administração pública. Isto numa altura em que o Banco Mundial exige de Cabo Verde maior rigor nos seus gastos.



Tribunal de Contas quer lista de aposentados

De acordo com a solicitação do Tribunal de Contas, esta entidade quer que os membros do governo (ministros e secretários de Estado) lhe remetam a relação dos funcionários aposentados a exercerem funções, em regime de permanência, em todas as direcções, serviços e institutos sob a sua tutela. Um pedido idêntico foi também dirigido aos presidentes de câmara, sector público que emprega um número, no mínimo, apreciável de reformados.

Entretanto, a nível do governo tudo indica que o artigo de **A Semana** na edição do passado 29 de Setembro, que despoletou este caso, produziu também os seus efeitos. Segundo o secretário de Estado da Administração Pública, Romeu Modesto, está em preparação a futura Lei de Bases da Administração Pública, onde a questão da contratação dos aposentados será tida em devida conta. “Lei sobre esta matéria existe, o que pretendemos na lei de bases é introduzir elementos de maior rigor, nomeadamente na definição das incompatibilidades”, diz aquele governante.

Romeu Modesto adianta que o anteprojecto daquela que será a primeira lei de bases da AP já está pronto, carecendo apenas de uma ou outra discussão, daí acreditar que até ao final deste ano a nova legislação estará aprovada. Tanto mais que o governo conta solicitar a devida autorização legislativa o mais tardar em Novembro, para depois, até Dezembro, o Conselho de Ministros aprovar o diploma em causa.

“No novo diploma vai continuar a haver excepções na contratação de aposentados, só que isso será feito num quadro muito mais

estrito do que o actual. Tanto assim é que as contratações de reformados, cujos serviços se mostrarem necessários, passarão a depender directamente do primeiro-ministro mediante proposta do membro do governo do sector a que o reformado for contratado”, revela Romeu Modesto.

Um outro aspecto, segundo aquele membro do governo, tem a ver com a remuneração a praticar: “O aposentado contratado poderá auferir toda a sua aposentação completa e o salário do serviço que o contratar não poderá passar de um terço daquilo que um funcionário em idade activa poderia receber”. Por último, a nova lei a aprovar irá estipular que os reformados compulsivamente por pena disciplinar ou incapacidade física (decretada por junta de saúde) “não poderão, em caso algum, ser contratados” por entidades públicas.

Este membro do governo reconhece que, como as coisas estão neste momento, “de facto” as autoridades nacionais não têm controlo sobre a contratação dos reformados. Na prática, cada serviço, cada instituto, autarquia ou órgão de soberania vai gerindo o assunto em função das suas conveniências e necessidades.

Entretanto, com a adopção de novos mecanismos de controlo patrimonial do Estado, a Contabilidade Pública começa a detectar situações de duplo salário que o sistema recusa. “Com a informatização da Contabilidade Pública, já começamos a registar alguns constrangimentos no pagamento de salários, já que o sistema em vigor não permite que a mesma pessoa receba duas vezes. Sempre

que surgem casos do género o sistema dá o alerta”, diz Romeu Modesto.

Se a nível da administração central os casos do género começam a ser detectados, a nível do poder local a situação é bem mais complicada, reconhece também aquele secretário de Estado. Isso não obstante a lei de execução orçamental, por exemplo, conter mecanismos que dirigidos aos órgãos de soberania, institutos, autarquias, os obrigam a informar a administração central dos casos de aposentados contratados. “Como são sectores que recebem por duodécimos, quem não cumprir poderá ter problemas”, avisa.

O desconhecimento do que estará a passar-se a nível dos municípios, em termos de recursos humanos, é também uma das causas apontadas por Romeu Modesto como responsável pela não inclusão, ainda, do pessoal autárquico no sistema da Previdência Social. “Aqui não há fundos de reforma, ninguém sabe onde pára o dinheiro dos descontos, etc. Só depois que forem esclarecidas uma série de questões é que se poderá equacionar a integração desses servidores na Previdência”, conclui.

Banco Mundial pressiona

A necessidade de um maior controlo dos recursos financeiros do Estado é um elemento que vem ganhando terreno, cada vez mais, a nível da AP. Ainda esta semana, a ministra das Finanças e Administração Pública, Cristina Duarte, anunciou a intenção de pedir que o projecto de lei que aprova a nova Lei de Organização e Funcionamento do Tribunal

de Contas seja apreciado numa das próximas sessões do Conselho de Ministros e enviado ao Parlamento para aprovação ainda este ano.

O cumprimento de tal objectivo não é mais que uma das exigências colocadas pelo Banco Mundial e de cuja satisfação depende a assinatura do terceiro pacote de financiamento da Estratégia para a Redução da Pobreza. A nova Lei vai, por um lado, introduzir alterações orgânicas, como seja a criação de uma primeira delegação no Norte do país do Tribunal de Contas, projectada para a cidade do Mindelo. E, por outro lado, amplia as competências do TC para novas áreas, entre as quais se pode destacar o poder de fiscalização das sociedades anónimas com capitais públicos. Na verdade, esta não é apenas uma exigência do Banco Mundial, mas também um “desejo” dos norte-americanos no quadro do MCA.

A aceleração do processo que conduzirá à aprovação pelo parlamento da nova Lei de Organização e Funcionamento do Tribunal de Contas, pronta há mais de dois anos, está directamente ligada à visita que uma delegação do Banco Mundial iniciou esta semana na Praia e que tem como um dos objectivos discutir o financiamento de mais um pacote do programa “Estratégia para a Redução da Pobreza”.

No entanto, e mesmo antes de se criar a delegação Norte, o TC já tem praticamente garantida a aquisição de um sistema de videoconferência para ligar a sede e a futura delegação do Mindelo. Este é, aliás, um dos pontos do programa de cooperação para 2007 entre o TC e a sua congénere francesa.

JOSÉ MARIA NEVES SOBRE A VISITA AOS EUA

“Queremos um Cabo Verde estratégico para os EUA”

Os governos de Cabo Verde e dos EUA vão trabalhar para que este arquipélago venha a ser “um país estratégico” na cooperação americana. Esta revelação é do primeiro-ministro José Maria Neves, que hoje regressa ao país depois de 10 dias em terras do Tio Sam. Segundo JMN, a visita aos EUA ultrapassou largamente as suas expectativas. “Há uma avaliação extremamente positiva de Cabo Verde por parte das autoridades americanas. Fomos elogiados pela boa governação do país e pelo nosso desempenho a nível do MCA”, apontou.

Em Washington, JMN foi recebido por vários dirigentes norte-americanos, entre eles a subsecretária de Estado para a Democracia e Assuntos Globais, o subsecretário da Defesa para os Assuntos Políticos. “Disso resultou a ideia de trabalharmos conjuntamente para que Cabo Verde venha a ser um país estratégico na cooperação com os EUA”, sendo a segurança e a defesa os sectores onde essa “cooperação” poderá acontecer. Também a nível do MCA, Neves garante que os responsáveis desse programa deram sinais de abertura para eventualmente Cabo Verde ter acesso ao segundo envelope antes mesmo da conclusão do primeiro, actualmente em curso e avaliado em

110 milhões de dólares.

Numa outra frente, a nível do Banco Mundial, JMN assegura que as coisas não podiam correr melhor. “Nos encontros que mantivemos, demonstrámos que Cabo Verde está já num outro patamar, que não se compadece com os actuais níveis de financiamento. Estamos a precisar de vários milhões de dólares, que nada têm a ver com os níveis de financiamento do IDA, que não passam de 20 a 25 milhões de dólares”, salientou.

Na semana em que na ordem do dia esteve um estudo de três consultores do Banco Mundial que acusam um recuo na boa governação do país, JMN revela que no encontro que teve com o segundo homem daquele organismo este fez-lhe saber que “o BM considera Cabo Verde um caso de sucesso”. Em relação ao referido estudo, JMN diz haver nesse trabalho “vários equívocos”. “Para já, não se trata de um estudo do BM, esta é uma informação que consta do próprio documento e quem quiser poderá comprová-lo”, diz. “Um segundo aspecto é que mesmo esse estudo, coloca Cabo Verde no topo dos países africanos. Apontam

constrangimentos, é certo, mas também nós discordamos de algumas das análises que fazem”.

Um desses aspectos, diz JMN, é a regulação. “Dizem eles que há retrocesso, quando Cabo Verde, em 2001, nem sequer tinha regulação. Nós é que aprovámos a Lei de Bases da Regulação. Não havia regulação da Aviação Civil, nós é que a criámos; nós é que criámos a ARE, porque a agência que existia, a ARM, como estava, não tinha como funcionar tecnicamente; nós é que criámos a ARFA, a ANSA, reforçámos a autonomia do BCV...”

Por esse e outros alegados lapsos, JMN conclui que os consultores em causa dão provas de “desconhecer absolutamente a realidade de Cabo Verde”. E quanto ao “aproveitamento” feito pelo MpD, Neves diz que já está habituado: “O MpD regozija-se com todas as más notícias, fabricadas ou não; as boas, contesta-as na comunicação social”. “O governo é de todos os cabo-verdianos, e não de nenhum partido em particular. Portanto, bom governo e boa governação devem ser motivos de regozijo para o partido no poder e o partido na oposição”, lembra o chefe do governo.

Câmara do Maio negoceia mais terrenos com Domingos Pôncio Garcia

Um grupo de proprietários de terrenos para construção urbana, sitos na zona de Ponta Preta, entregou à Câmara do Maio um abaixo-assinado onde pedem a anulação da venda de um quarteirão ao cidadão canário Domingos Pôncio Garcia, terreno que se destinava à construção de um espaço verde. Confrontados com mais esse negócio numa altura em que o Tribunal ainda não se pronunciou sobre o escândalo de 2005, venda ilegal e maciça de terrenos por parte da autarca maiense e com Pôncio Garcia como um dos protagonistas – os eleitos municipais do PAICV, oposição na Câmara, ponderam renunciar em bloco. O edil Manuel Ribeiro recusa-se, por ora, a prestar quaisquer esclarecimentos sobre tal dossier.

- Proprietários de lotes contestam a venda de “espaço verde” -



asemana Sexta-feira, 13 de Outubro de 2006

Foram oito os cidadãos contemplados com lotes de terrenos para a construção urbana na Vila Zona de Ponta Preta em 2003. Na altura, segundo João da Graça Tavares, havia um grande quarteirão que não foi loteado porque, de acordo com o edil Manuel Ribeiro, se destinava a um espaço verde. Mas, para surpresa dessas pessoas, no dia 6 de Outubro último, viram um grupo de trabalhadores a cavar um alicerce. “Perguntámos às pessoas o que estavam a fazer naquele terreno e ninguém se dignou responder-nos. Dirigimo-nos então à Câmara e, também ali, não obtivemos uma resposta concreta. Entretanto, localizámos um técnico da CM, que nos disse que o terreno foi vendido ao canário Domingos Pôncio Garcia”, conta Graça Tavares.

Revoltados, prossegue o nosso entrevistado, os proprietários dos lotes decidiram contestar esta decisão da Câmara que, ao que tudo indica é recente. Os “lesados” endereçaram então um abaixo-assinado à edilidade, que foi entregue na terça-feira, 10, solicitando ao edil que anule a venda do referido terreno porquanto tinha sido o próprio a garantir que o terreno em causa fora reservado à construção de um espaço verde. “Para nós o espaço verde é um dado adquirido, pelo que pedimos ao presidente a anulação do negócio com Domingos Pôncio Garcia. Não queremos entrar em quezilas, daí o nosso pedido feito em linguagem simples e directa. Mas se Manuel Ribeiro não atender o pedido, estamos dispostos a equacionar outras acções para inviabilizar o negócio”.

Apesar de desconhecer os pormenores desta venda, o líder da bancada do PAICV na Assembleia Municipal do Maio não estranha

o negócio até porque, afirma, “a Câmara continua a fazer das suas”. Uma situação que, segundo Filinto Santos, tem desmotivado os deputados da oposição, que se sentem com as mãos e os pés atados. “Veja o escândalo que aconteceu em 2005 e que não deu em nada, pelo menos por enquanto, apesar do tribunal ter reconhecido que houve graves irregularidades. Penso que o processo acabou por reverter contra os denunciadores dessa trama, que foram apelidados de caluniadores e de terroristas”, desabafa.

Por tudo isso, diz Filinto Santos, o PAICV – Maio está a ponderar a hipótese de se demitir em bloco da AM porque, afirma, não faz sentido continuar a exercer o mandato de deputado municipal nestas circunstâncias. “Há muito que vimostentando introduzir a questão dos terrenos na agenda das sessões da AM, sem sucesso. A Câmara sempre se opõe, alegando que o processo está sob a alçada do tribunal e/ou então porque não estão preparados para discutir o assunto. Entretanto, estamos a falar de um processo sumário que se arrasta nos tribunais há mais de um ano. Estamos completamente desmotivados”, desabafa.

Enquanto isso, assegura Filinto Santos, Manuel Ribeiro mantém-se impávido e sereno, não obstante o tribunal ter reconhecido que houve graves irregularidades na sua gestão. O mais grave, prossegue, é que os denunciadores são agora apresentados como terroristas e detractores, e parte da sociedade maiense considera-os um bando de desestabilizadores. “Já que a Justiça não toma medidas é compreensível o desalento que reina no seio da nossa bancada. A ideia é suspender o mandato até que o tribunal se

pronuncie. Ainda não há uma decisão definitiva, mas não estaremos presentes na próxima sessão da AM”.

Tó Tavares faz eco das palavras do seu colega Filinto e vai mais longe. Isso porque, apesar de não acreditar que o tribunal possa um dia agir a favor de Manuel Ribeiro, Tavares entende que os eleitos municipais tamarinas devem agora recuar. “Este é apenas mais um caso envolvendo a Câmara do Maio. Penso que já é altura de se fazer uma investigação de fundo sobre tudo o que se está a passar naquela ilha, porque a situação é muito mais grave do que se pensa. Acredito que as denúncias não chegam ao 10% dos problemas que afectam a ilha. E não acredito que sejam apenas a nível dos terrenos”, acusa Tó Tavares.

É que, no entender deste deputado, se Manuel Ribeiro não está a ser responsabilizado, alguém precisa arcar com as consequências. “Estamos dispostos a renunciar, completamente, ao mandato de deputado da AM. Mas isso não quer dizer que iremos esquecer o processo. Não vamos abandonar a ilha. Ao contrário, continuaremos a trabalhar para o cabal esclarecimento de todos os processos”. Para Tó Tavares, esse desprendimento do poder servirá para mostrar à população que os deputados do PAICV não querem o poder pelo poder, e nem são inimigos da sua ilha.

O presidente da Câmara do Maio recusa-se, por ora, a prestar quaisquer esclarecimentos sobre o assunto, alegando que, por não ter as plantas de localização no seu gabinete, não podia fazer uma leitura sobre esta denúncia dos proprietários de terrenos de Ponta Preta. Ainda assim, Manuel Ribeiro deixou entender

que os proprietários dos lotes terão de provar que o quarteirão da Vila Zona de Ponta Preta que ainda não foi loteado se destinava efectivamente à construção de um espaço verde e/ou de uma área de lazer.

Ribeiro, recorda-se, é acusado da prática reiterada de actos ilegais que “lesaram” o património do município do Maio. Oferta e venda de terrenos a preços inferiores aos fixados por tabela aprovada pela AM e isenção indevida do Imposto Único Sobre o Património são alguns dos actos considerados fora da lei praticados por este autarca, que, pelas contas da Inspeção-Geral das Finanças, contribuiu para a não entrada de mais de 116 mil contos nos cofres municipais. Daí ter que responder em dois processos interpostos contra si ignorar em inícios de Março, e no Tribunal da Comarca da Praia, tendo entrado na fase de alegações em Abril último. De lá para cá, a única informação que se tem do processo é que galgou ao STJ.

No primeiro, uma acção interposta pela Inspeção-Geral das Finanças, o presidente da Câmara do Maio deve responder pelas ilegalidades detectadas por esse serviço na sindicância que fez à Câmara do Maio e onde a venda desordenada de terrenos aparece em primeiro plano. Já no segundo processo, o governo está, através do Ministério da Administração Interna, a pedir a perda de mandato de Manuel Ribeiro como presidente da Câmara do Maio, com fundamento nas graves ilegalidades cometidas pelo autarca no exercício das suas funções. Este segundo processo, de carácter sumário, já foi julgado em primeira instância.

Constância de Pina

MpD quer inquérito parlamentar às ZDTI's

A bancada do Movimento para a Democracia pediu, esta semana, um Inquérito Parlamentar para fiscalizar a acção do governo e da Agência Cabo-verdiana de Investimentos (CI) no que diz respeito às Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado (ZDTI).

Janine Lélis, deputada ventoinha pelo círculo do Sal, justifica esta posição do seu partido com “indícios de irregularidades” que o grupo parlamentar do MpD quer pôr a limpo e levar “até às últimas consequências”. “O inquérito visa fiscalizar a actuação do governo nos processos de criação de ZDTI's e de alienação dos terrenos”, afirmou a deputada ao precisar o objecto da iniciativa, acrescentando que também as eventuais responsabilidades da CI nessas alegadas irregularidades serão analisadas.

Indo ao pormenor das irregularidades supostamente cons-

tatadas, a deputada adiantou que a recente criação de novas ZDTI's e a desclassificação de algumas Zonas de Reserva e Protecção Turística (ZRPT) “não obedeceram a qualquer estudo prévio nem a critérios que garantam a sua sustentabilidade ambiental, económica e social”.

Por outro lado, “não se sabe que políticas estão subjacentes” à criação de ZDTI's e à desclassificação de ZRPT's, apontou Janine Lélis, acrescentando que tais práticas fazem “perigar” a fauna e a flora das zonas em questão.

Em resumo, os objectivos ligados ao desenvolvimento integrado e equilibrado do turismo “vêm sendo relegados para plano secundário em benefício da especulação imobiliária”, considerou a deputada do MpD, que acusou ainda o governo de “violação grosseira” dos direitos de propriedade privada,

pelo facto de o Estado vender os terrenos “mesmo antes” dos expropriar e pagar a justa indemnização aos proprietários.

Janine Lélis indicou que o MpD pretende ainda apurar, com este inquérito parlamentar, os contornos do contrato assinado entre a Sociedade de Desenvolvimento Turístico Integrado das Ilhas de Boa Vista e Maio (SDTIBM) e a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) para a gestão das ZDTI's criadas nessas duas ilhas, pelo que já pediu cópia do dossier ao Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade (MECC). “O nosso grupo parlamentar vai tomar todas as medidas que se impõem sobre este negócio a todos os títulos escandaloso”, prometeu Lélis, indicando que o seu partido não descarta a hipótese de acionar a Procuradoria-Geral da República (PGR) no sentido de levar o caso aos tribunais.

O Tribunal da Comarca da Praia acaba de penhorar cinco prédios urbanos dos avalistas do PRD num empréstimo de 15 mil contos contraído em 2000, junto da Caixa Económica de Cabo Verde, para custear as despesas da campanha eleitoral desse ano. Agora César Almeida, Jacinto Santos e António Moura viram os seus bens confiscados pela CECV que dessa forma quer recuperar os 24 mil contos a que ascende a dívida dos renovadores. Alguns dos executados já constituíram advogados para recuperar os seus bens.



CÉSAR ALMEIDA



JACINTO SANTOS



ANTÓNIO MOURA

Tribunal penhora imóveis de ex-dirigentes do PRD

Januária Costa, juíza de direito do quarto juízo cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, ordenou, na sequência da acção movida pela Caixa Económica de Cabo Verde contra o Partido da Renovação Democrática, a penhora de cinco imóveis. Além de Victor Fidalgo, presidente demissionário dos renovadores, aquela magistrada já notificou todos os avalistas do citado empréstimo agora executados: Jacinto Santos, antigo presidente do PRD, António Lopes da Moura e César Almeida, ex-membros da Direcção Nacional do PRD.

A César Almeida foi confiscado um T3, de dois pisos, situado no Palmarejo, na cidade da Praia, com valor matricial a rondar os três mil contos. O outro bem penhorado, do mesmo género, também no Palmarejo, pertence a Jacinto Santos, mas o seu valor matricial nem sequer consta do processo judicial a que este semanário teve acesso. As três restantes casas executadas, duas das quais também com r/c e primeiro andar, são propriedade de António

Moura, proprietário da Moura Company. Uma na Achada de S. Filipe e as outras duas em Palmarejo, estes três prédios valem, no conjunto, cerca de 16 mil contos. Todos os imóveis citados serão alienados em hasta pública, devendo os seus actuais inquilinos gozar do direito de preferência na compra dos mesmos.

Marcos Fernandes Furtado, empresário residente na Achadinha, foi nomeado fiel depositário destes bens ora confiscados pelo "Mandado n.º 926/06" da juíza do quarto juízo cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia. Ele deve guardar e administrar os mencionados fogos habitacionais, já que a penhora abrange todas as pertenças, produtos, frutos e rendas dos respectivos prédios.

Esta acção executiva da CECV visa recuperar uma dívida acumulada do PRD de cerca de 24 mil contos. A dívida resultou de um empréstimo de 15 mil contos,

destinado a financiar a campanha eleitoral do PRD em 2000. O montante em causa inclui os 15.313.032\$00 de capital vencido, 3.771.297\$86 de juros ordinários, 544.976\$00 de juros de mora e 4.092.754\$00 de capital vencido. O crédito em causa foi concedido a uma taxa anual de juro e mora de 12,5% e 2%, respectivamente.

Abordado para comentar esta medida do tribunal do Praia, Jacinto Santos, que foi um dos fundadores e primeiro presidente do PRD, recusa-se, por ora, a falar do assunto. "Como deve entender, não posso, neste momento, comentar no jornal esta decisão do Tribunal da primeira instância da Praia sobre as dívidas do PRD. O caso está entregue ao meu advogado e vou aguardar que siga os seus trâmites normais junto das instâncias judiciais".

Este jornal apurou que a esposa de César Almeida, o outro visado neste processo, vai intentar uma acção judicial para, enquanto

co-proprietária da residência penhorada, reivindicar a parte a que tem direito. António Moura, com o qual foi impossível chegar à fala, deverá, segundo as nossas fontes, seguir o mesmo caminho: impugnar a decisão.

César Almeida comenta que o processo executório contra o PRD está tendo um grande efeito psicológico e moral nos avalistas executados. "É a primeira vez que um partido está sendo executado em Cabo Verde por causa de dívidas, como se o empréstimo concedido para financiar a actividade política fosse igual ao que se concede para fins comerciais", diz, considerando que, doravante, poucos serão aqueles que se disponibilizarão a ser avalistas dos partidos. Isso, na sua perspectiva, terá efeitos negativos no desenvolvimento da democracia e das pequenas forças políticas que lutam contra a bipolarização política existente em Cabo Verde.

Alirio Dias de Pina

Sexta-feira, 13 de Outubro de 2006

asemana

Actualidade

PUB

Aconteceu

SEXTA-FEIRA, 6

Câmara Municipal de São Vicente entrega 200 Kits de materiais escolares aos alunos de diversos estabelecimentos do Ensino Básico Integrado da ilha. Batas escolares e livros são alguns dos artigos que constam dos 200 Kits de materiais escolares a serem distribuídos aos alunos carenciados do EBI de Mindelo e arredores. A cerimónia de entrega, presidida por Isaura Gomes, conta com a presença de dirigentes nacionais das Aldeias SOS e representantes do Ministério da Educação e Ensino Superior.

SÁBADO, 7

Coordenador da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) e da Expo Brasil Desenvolvimento Local, Caio Silveira, visita alguns projectos comunitários em curso, no âmbito do Programa de Luta contra a Pobreza no meio rural, na Ilha do Fogo. Silveira, que vem pela primeira vez a Cabo Verde, quer partilhar informações, conhecimentos e experiências a nível do PNL.

DOMINGO, 8

Ministro da Justiça, José Manuel Andrade vai a São Nicolau conhecer o estado de funcionamento dos serviços sob a sua responsabilidade. Andrade reúne-se com as autoridades locais para o estabelecimento de relações de parceria. O governante quer o apoio dos presidentes da Câmara Municipal da Ribeira Brava e da Comissão Instaladora do novo município do Tarrafal, na abertura de casas do direito nos dois concelhos da ilha de Chiquinho.

SEGUNDA-FEIRA, 9

Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (AMNCV), a Associação Nacional dos Bombeiros de Portugal (ANBP) e a empresa portuguesa de consultadoria 4 EMES, assinam no Mindelo dois acordos de cooperação. Os convénios abrangem os equipamentos e formação profissional de bombeiros e agentes da protecção civil de todos os municípios do país.

TERÇA-FEIRA, 10

Ministra das Finanças e Administração Pública, Cristina Duarte, abre um workshop sobre "Revisão das Despesas Públicas". O encontro, que é resultado da parceria existente entre Cabo Verde e o Banco Mundial, é dominado por vários debates centrados nos temas "Sustentabilidade e desafios no sector da energia" e "Sustentabilidade do sistema de pensões - análise de possíveis reformas". Os resultados preliminares da revisão de despesas públicas na área da saúde também estão sobre a mesa.

QUARTA-FEIRA, 11

Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade, Sidónio Monteiro, encerra na Praia o curso "Ecofincas, reciclagem, reaproveitamento e arte das crianças em situação de risco e fora da escola". Uma iniciativa do projecto de Apoio às Crianças em Situação de Risco e respectivas Famílias do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente.

QUINTA-FEIRA, 5

Os nove países membros do Comité Permanente Inter-Estados de Luta Contra a Desertificação do Sahel (CILSS) analisam, no Sal, o avanço do programa e projectam as acções para 2007. Lançado em 1985, com o objectivo de aplicar sistemas de bombagem de água alimentados a energia solar nos meios rurais e semi-urbanos, o Programa Regional de Desenvolvimento de Energia Solar no Sahel encontra-se na segunda fase de execução, que vai de 2002 a 2007.

A TACV vai receber em 2007 os três novos aparelhos ATR. O contrato de compra e venda foi assinado esta semana em Toulouse entre a transportadora aérea nacional e a empresa franco-italiana de produção de aeronaves, ATR. Um negócio de 50 milhões de dólares e que visa modernizar a frota aérea cabo-verdiana.



TACV recebe primei

A transportadora aérea nacional vai receber em Abril do próximo ano o primeiro dos três novos aviões ATR (ATR/500), dois de 72 lugares e um de 42 lugares, que acaba de adquirir. O segundo avião chegará em Junho e o último em Outubro. Avaliado em 50 milhões de dólares, o negócio foi confirmado na passada terça-feira, 10, em Toulouse (França), na sede da companhia franco-italiana, quando o presidente do CA da TACV, João Higinio do Rosário Silva, e o presidente executivo da ATR, Filippo Bagnato, assinaram o contrato

de compra e venda dos ATR.

Os três novos aparelhos vão substituir os actuais três ATR/300 adquiridos em 1994, portanto, há 12 anos pela TACV, e que, segundo a empresa cabo-verdiana, já não satisfazem as suas necessidades actuais. Para agravar a situação, uma das três aeronaves está avariada desde Outubro do ano passado, na sequência do acidente que sofreu no aeroporto de Dakar, o que tem criado sérios constrangimentos à TACV, sobretudo em época alta.

De acordo com o assessor de imprensa da ATR, David Vargas, os três

novos aviões adquiridos pela TACV são mais confortáveis, mais económicos e mais modernos. Estes dados foram confirmados a este jornal por João Higinio Silva, para quem este é um investimento que se justifica tendo em conta as actuais necessidades da TACV. "Vamos mudar para aviões com maior capacidade de passageiros e carga, com menos consumo de combustível e com muito mais performance", assegurou, salientando que a substituição da actual frota doméstica e regional da TACV é "uma necessidade imperiosa".

TRABALHADORES CONTR



Os funcionários da TACV do Sal estão descontentes com a decisão da direcção da companhia aérea que altera o seu horário de trabalho: a carga de trabalho diário de seis para oito horas e de 36 para 48 horas semanais. A medida que deve ser implementada a nível nacional, já entrou em vigor na ilha do Sal desde a meia-noite de segunda-feira. Os funcionários locais da TACV consideram a medida abusiva, ilegal e desumana, e exigem a reposição imediata do antigo horário. Prometem, inclusive, caso seja necessário, recorrer à greve.

Em entrevista ao jornal **A Semana**, o representante da SINTCAP no Sal, Adelino Silva, pronunciou-se, em nome dos funcionários da TACV local, contra uma resolução da companhia aérea que aumenta a carga horária aos funcionários, de seis para oito horas diárias. É que esta alteração aumenta também o total de horas de labor semanal dos trabalhadores de 36 horas para 48 horas, o que reduz significativamente também o tempo de descanso do funcionário entre um turno e outro. "Por exemplo, este novo horário obriga um trabalhador a



ro novo ATR em Abril

De acordo com Rosário Silva, os aviões vão ser adquiridos no sistema de “leasing financeiro”, isto é, no fim do pagamento do “aluguer” os aparelhos passam para a posse da TACV, tal como aconteceu com os aparelhos que vão ser substituídos em 2007. A transacção, que chegou a conhecer alguma resistência por parte de alguns sectores da companhia e do governo, foi autorizada pelo Conselho de Ministros em Setembro, depois de consultadas outras empresas, nomeadamente a Bombardier, do Canadá, e a Fokker, da Holanda.

Aliás, de acordo com o presidente-executivo da ATR, esta companhia tem vindo a conquistar uma forte presença no continente africano com os seus aparelhos. “Dos nossos 57 aviões vendidos durante o ano de 2006, 11 foram para companhias africanas, daí o nosso grande orgulho de ver renovada a confiança que a TACV tem em nós”, disse Fillipo Bagnato, durante a cerimónia do protocolo assinado por ele e João Higinio do Rosário Silva.

Os três novos aparelhos, segundo o administrador da TACV, vão operar essencialmente na rota doméstica,

podendo também actuar na frota regional, nomeadamente Dakar, Bissau e até Las Palmas. O negócio, acrescenta, não compromete em nada o futuro da TACV, cuja gestão deverá ser assegurada brevemente por uma empresa americana até à sua privatização. “Quando essa nova equipa chegar dará prosseguimento ao que foi acordado entre o actual CA e a ATR”, afirmou, sem precisar quando é que a nova equipa entrará em funções. “Isso quem sabe é o governo”, concluiu.

JVL

RA NOVA CARGA HORÁRIA

entrar para o seu posto às 16h00 e sair à meia-noite e voltar logo de manhã às oito, o que é extremamente desumano”, explica.

Além do mais, salienta Silva, a medida foi implementada de surpresa, sem qualquer contacto prévio com os trabalhadores. O nosso entrevistado conta que o novo horário foi feito na sexta-feira passada e entrou em vigor já à meia-noite de segunda-feira e que tudo o que os trabalhadores sabiam é que a empresa teria apresentado em Agosto uma proposta de alteração do horário, a nível nacional, à Direcção-Geral do Trabalho. “Nós de imediato reagimos contra essa proposta e, até este momento, não há nenhum pronunciamento por parte da DGT”, aponta. Por isso “a SINTCAP e os trabalhadores da TACV do Sal consideram esta resolução, além de abusiva e arbitrária, ilegal”. A apoiar tal acusação, o sindicato garante que apesar de “qualquer mudança no horário de trabalho ter que ser aprovada pela Direcção-Geral de Trabalho”, até ao momento não houve nenhum pronunciamento da DGT. O sindicalista conta também que, apesar dos seus

esforços, ainda não lhe foi possível o contacto com a direcção local da TACV.

Entretanto, segundo informações, o novo horário, por ora, só entrou em vigor na ilha do Sal. Os trabalhadores da TACV do Sal, vêm assim, por este meio, esclarecer a opinião pública sobre um facto que consideram gravíssimo, “porque vai contra todos os princípios legais e da própria empresa” que, dizem, nos finais dos anos 80 solicitou a mudança dos turnos de oito para seis horas. Esta situação foi agora alterada, desde a passada segunda-feira. Os queixosos exigem, segundo Adelino Silva, “a reposição imediata do antigo horário”. E acrescenta: “vamos aguardar a evolução do assunto e, caso não evolua positivamente, vamos adoptar todas as formas de luta. Inclusive, o recurso à greve, caso seja necessária”.

Apesar das tentativas, A Semana não conseguiu, até ao fecho desta edição, contactar nem os responsáveis da TACV, nem a responsável da DGT.

KS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Pedro Pires, abre esta sexta-feira, 13, o Ano Judicial 2006/2007. O evento, contará com a presença do presidente da Assembleia Nacional, do primeiro-ministro e membros do governo, além de membros do corpo diplomático, deputados, magistrados, advogados, representantes dos partidos políticos e oficiais de justiça.

CÂMARA MUNICIPAL do Porto Novo e a Empil, empresa de construção civil, assinam esta sexta-feira, o contrato de adjudicação das obras para a construção do novo edifício do Paços do Concelho, que custará cerca de 100 mil contos. E os trabalhos terão início dentro em breve, já que a autarquia portonovense espera inaugurar a nova casa no próximo.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO do Combate à Droga e o Crime, junta-se ao Ministério da Justiça para realizar, de 30 de Outubro a 2 de Novembro, na Praia, um atelier que pretende recolher subsídios para a elaboração de um Plano nacional de luta contra o branqueamento de capitais e contra o financiamento do terrorismo. Financiada pelo Escritório da Nações Unidas, este atelier faz parte do projecto de “Reforço do Estado de Direito em Cabo Verde” e vai passar em revista o conteúdo dos programas de acção que cada um dos sectores envolvidos deve adoptar. Construir sinergias entre as acções de combate à corrupção é outro tema deste seminário que, também, pretende ter uma visão geral sobre os instrumentos legais internacionais e conhecer as boas práticas para combater o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

DEZENAS DE JOVENS cabo-verdianos, vindos de vários países de acolhimento, vão reunir-se em Lisboa, de 27 a 29 de Outubro, para discutir “A problemática da integração dos descendentes de cabo-verdianos na Diáspora”. O encontro terá lugar no Centro de Recursos Multiculturais da Câmara Municipal de Lisboa e, ao longo de dois dias, pretende analisar a integração dos jovens e os seus problemas originados pela exclusão económica e social. Muitos jovens habitam bairros sociais que apresentam problemas estruturais que contribuem para os seus problemas de integração, nomeadamente o abandono e o insucesso escolar e a marginalidade, muitas vezes porque os pais, nas horas laborais, deixam os filhos entregues a si próprios. Apoiado pelo Instituto Cabo-Verdiano das Comunidades, o encontro reunirá organizações cabo-verdianas dos países de acolhimento bem como jovens e investigadores que trabalham sobre a problemática de integração das segundas gerações de cabo-verdianos na diáspora.

INSTITUTO NACIONAL de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH) vai promover, nos dias 19 e 20 de Outubro, na Praia, uma formação em Gestão de Conflitos e Negociação. A iniciativa, que visa promover uma boa utilização da água em Cabo Verde, insere-se no plano de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH), elaborado após a Cimeira sobre o Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, em 2002, e segue os engagements assumidos pelo Estado de Cabo Verde para a defesa e bom uso da água. O encontro procura, também, atrair as mulheres para os centros de decisão sobre a gestão e utilização da água. Por serem as que mais lidam com a gestão micro da água e que gerem grande parte dos chafarizes.

II Encontro Internacional de Turismo da Unotur

Sustentabilidade, parceria e consolidação institucional

A vila turística de Santa Maria acolhe de 18 a 20 de Outubro próximo o II EITU – Encontro Internacional de Turismo da União Nacional de Operadores Turísticos de Cabo Verde (Unotur). “Sustentabilidade, parcerias público-privadas, consolidação institucional: o segredo do desenvolvimento turístico” dão o mote a este encontro que tem a Câmara Municipal do Sal no papel de anfitriã, a Associação Nacional de Municípios como convidada de honra, e altas individualidades nacionais e estrangeiras como conferencistas e participantes.

Gualberto do Rosário, presidente da Unotur, faz a abertura deste II EITU, numa cerimónia que será presidida pelo ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, João Pereira Silva. Para o primeiro dia de trabalhos, 19, estão previstas intervenções dos presidentes da ANMCV, Américo Silva, da Câmara Municipal do Sal, Jorge Figueiredo da CI, Victor Fidalgo, e da directora-geral do Desenvolvimento Turístico, Filomena Ribeiro.

A construção da oferta turística em Cabo Verde; o turista do século XXI; acessibilidades à oferta turística nacional; alianças estruturais de sustentabilidade do turismo; promoção e marketing do destino Cabo Verde; oportunidades colaterais e casos de sucesso – Marrocos um destino em plena renovação – estes são os painéis que desfilarão durante os dois dias de trabalho. O conteúdo do Fórum será posteriormente publicado, para “dar às autoridades, investidores e todos quantos se interessam por esta indústria em Cabo Verde uma hipótese de investigação que conduza ao desenvolvimento sustentado do turismo no país”, afirma a organização.

O II EITU pretende contribuir para a construção de uma visão local para um maior envolvimento dos poderes central e autárquico no processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, promover a troca de experiências com parceiros externos em matéria de desenvolvimento turístico e projectar a imagem do país como destino potencial de organização de eventos internacionais do sector turístico.

Participam na organização deste evento internacional a CPL Events, a Câmara de Comércio Portugal Cabo Verde e a Direcção-Geral do Desenvolvimento Turístico. Na lista dos parceiros preferenciais figuram o MECC, a CI-Investimentos, as Câmaras do Comércio, empresas estrangeiras com negócios em Cabo Verde. Participam no encontro os organismos públicos e privados ligados a sectores como turismo, pesca, ambiente, cultura, fronteiras, banca, estatística.

Constância de Pina

O Aeroporto Amílcar Cabral no Sal recebeu na segunda-feira o primeiro voo charter directo de Estocolmo. Cabo Verde torna-se, assim, no mais novo destino na rota da Fritidsresort, agência de viagens sueca. Ao todo, 235 passageiros suecos e dinamarqueses viajaram no Boeing 757 da companhia, abrindo uma nova etapa e novas perspectivas para o mercado turístico cabo-verdiano, reconhecido que é o grande poder de compra e elevada qualidade de vida de suecos e dinamarqueses.



Chegam os primeiros voos da Suécia e Dinamarca

A agência de viagens sueca Fritidsresort inaugurou, esta semana, uma linha charter para Cabo Verde, a partir de Estocolmo e Gotemburgo. O Boeing 757 com 235 passageiros a bordo aterrou na ilha do Sal no início da semana abrindo as portas para novas expectativas aos operadores turísticos. Até porque, para o próximo ano, a Fritidsresort pretende-se estender a linha à Noruega e Finlândia, abrangendo assim todos os países escandinavos.

Uma aposta forte da referida agência, de acordo com um seu representante, o sueco Kjell Jansson, no grande potencial de Cabo Verde. “Nós estamos sempre à procura de novos destinos para os nossos clientes, e Cabo Verde é um lugar muito atractivo para suecos e dinamarqueses. É um país agradável, relativamente calmo e onde há muito sol e praias bonitas e uma coisa que os nórdicos valorizamos muito, o clima quente”, explica Jansson.

E tudo indica que a Fritidsresort não ficará apenas pelo Sal. “Eu já andei por todas as ilhas, à procura das condições de alojamento e das praias, e penso que no futuro, especialmente agora com o novo aeroporto da Praia, poderemos estender os nossos voos para as outras ilhas”, salienta. Os voos que, a princípio, serão quinzenais e irão durar até meados de Abril do próximo ano, quando fazem uma pausa para regressar em Outubro de 2007. Contudo, “nós estamos também a estudar a possibilidade de, num futuro próximo, fazer estes voos durante o ano inteiro”, indica Jansson.

Camilla e Mattias Jansson, recém-casados, vieram neste primeiro voo

charter, aproveitando a oportunidade para passarem a lua-de-mel neste novo destino Cabo Verde. “Nós estamos à procura de praia e sol, mas também ouvimos que vocês têm algumas montanhas que se podem escalar e estamos ansiosos para ver tudo isso”, diz Mattias Jansson. Camilla confessa saber muito pouco do país, mas já pode dizer que “o clima de facto é bom”. Também, diz ela, “ouvi dizer que há ótimos sítios para fazer mergulho”. O casal conta que soube do país pela Internet, e a época não poderia ser melhor para se lançarem nesta nova aventura.

Quem também veio no voo da Fritidsresort é o cônsul honorário de Cabo Verde em Estocolmo, Francisco Rodrigues, que se mostra radiante com a nova etapa que se inicia na relação entre os dois países, que, acredita, irá abrir novas e excelentes oportunidades para Cabo Verde. Sem contar que já pela sua presença os turistas escandinavos irão elevar o ambiente turístico no país. Esta é uma perspectiva que se justifica, de acordo com o Rodrigues, porque “o turista da Escandinávia é um turista especial, com muito respeito pelo ambiente e que vem não apenas para se deitar na praia, mas que quer conhecer o povo e estar próximo dele...”.

Que também deve estar feliz com essa ligação são os cerca de mil e 300 cabo-verdianos a viverem em Estocolmo, pois assim poderão viajar directamente para o seu país de origem e por preços muito abaixo dos preços habituais, que costumam rondar os 100 contos. “Neste voo havia cadeiras por 25 contos”, frisa o cônsul.

Suécia promove Cabo Verde

Na sequência desta nova linha charter para Cabo Verde a partir de Estocolmo e Gotemburgo, os suecos, junto com os consulados cabo-verdianos nessas duas cidades, apostam forte na promoção do arquipélago como um destino de eleição no mercado turístico escandinavo. Uma equipa de um canal de televisão sueco deverá chegar a Cabo Verde no dia 26 para fazer um programa sobre as ilhas do Sal, São Vicente e Santo Antão.

Trata-se, segundo o cônsul honorário na Suécia, de um programa de grande difusão na Suécia, intitulado “A mala está pronta, é só partir” que passa na televisão aos domingos.

De acordo com Francisco Rodrigues, tanto os voos charter quanto a vinda da equipa desse programa resultam “da cooperação entre os consulados honorários de Estocolmo e Gotemburgo”. E acrescenta: “O nosso objectivo é fazer a promoção turística de Cabo Verde e conseguir que o turismo seja uma vertente para o desenvolvimento da nossa terra”.

Rodrigues está convencido que pela enorme audiência do programa “A Mala está pronta, é só partir”, este irá com certeza ter um grande impacto nas pretensões dos nossos operadores, e mesmo do governo, em assegurar mais um importante mercado para Cabo Verde. “Eu penso que, depois do programa passar por Cabo Verde, o impacto e o interesse pelo nosso país vai ser muito maior”, sentença.

KS



Cabo Verde instala segunda fase do GMDSS

Identificação Automática de Navios

Os navios que sulcaram o mar de Cabo Verde a uma distância de, pelo menos, trezentas milhas náuticas podem, doravante, ser facilmente identificados. Graças a um equipamento de identificação automática, todas as embarcações passam a estar sob vigia a partir das estações terrestres localizadas no Monte Tchota, Morro Curral e Monte Verde, respectivamente nas ilhas de Santiago, Sal e S. Vicente.

Segundo o director geral da Marinha e Portos, Zeferino Fortes, faz algum tempo que o AIS – Automatic Identification System – está em funcionamento. “O sistema está operacional e a IMO – Organização Marítima Internacional – já está informada”, assegura esse responsável adiantando que o projecto, orçado em oitenta e nove mil contos, foi financiado, a noventa por cento, pela cooperação Belga.

Segundo Fortes, Cabo Verde passou a ser o único país situado entre as ilhas Canárias e a África do Sul com os sistemas AIS e Navtex

– equipamento de transmissão de avisos meteorológicos à navegação –, montados e em operação. Antes, existia uma zona “negra” que percorria literalmente toda a costa oeste do continente africano.

Todos os navios internacionais com arqueação bruta superior a trezentas toneladas são obrigados a ter o AIS a bordo. Do mesmo modo, as embarcações de cabotagem com peso superior a quinhentas toneladas devem respeitar essa norma. Outro grupo de navios envolvidos pelo procedimento são os que transportam, no mínimo, doze passageiros.

“Isto significa que os barcos que fazem ligações inter-ilhas vão ser obrigados a possuir o AIS, que custa trezentos contos. Demos a esses navios um prazo de dois meses, que termina daqui a três semanas, para estarem em conformidade com as novas regras”, informa Zeferino Fortes, que pretende incluir neste grupo os navios de pesca.

Com o AIS, as autoridades e

os operadores em terra ficam em condições de interceptar embarcações que sulcam as nossas águas e saber, em tempo real, de onde vêm, qual o porto de destino, a sua identificação, e características técnicas, a velocidade em que circulam, o rumo, até o tipo de carga que transportam. Graças a este sistema, Zeferino Fortes acredita que Cabo Verde deu um passo significativo no controlo das suas águas marítimas.

Recorde-se que o AIS é mais um dos equipamentos exigidos internacionalmente no âmbito do GMDSS – Sistema Global de Comunicação para o Socorro e Segurança Marítima. A segunda fase do processo envolveu a instalação do AIS e do Navtex, equipamento usado para a emissão de avisos urgentes à navegação e de dados meteorológicos. A inauguração oficial desta segunda fase, que custou oitenta e nove mil contos, está marcada para o mês de Novembro.

KzB

Pioneira nacional em reciclagem de plásticos

A Sociedade Cabo-Verdiana de Cerveja e Refrigerantes é a primeira empresa nacional a reciclar plásticos no país. Os materiais reciclados são grades de plástico já em desuso na empresa, que serão reaproveitadas e utilizadas para outros fins.

Esta iniciativa surge no âmbito da nova estratégia empresarial que visa melhorar a qualidade da produção até aí desenvolvida na empresa. Ainda nesta mesma linha de inovação, a Sociedade Cabo-Verdiana de Cerveja e Refrigerantes assinou um protocolo com a empresa portuguesa Ambiente S.A., que faz a recolha de materiais nos pontos verdes para reciclagem, em Portugal. Através deste protocolo, foi enviada para Cabo Verde uma máquina de trituração de plásticos e fez-se chegar ao país um especialista em trituração para apoiar o processo.

A empresa, até ao presente momento, já enviou cerca de 65 mil kg de plásticos triturados para Portugal e conta enviar ainda mais até a finalização de todo o processo.

Especialistas mundiais debatem regulação

Terminou ontem, quinta-feira, 12, o Simpósio Internacional sobre Economia e Regulação organizado pela Agência de Regulação Económica (ARE), e que vinha decorrendo na capital desde terça-feira. Durante três dias especialistas do Brasil, Argentina e Portugal partilharam as suas experiências com várias entidades, instituições, serviços e pessoas interessadas em entender as questões da regulação, uma novidade em Cabo Verde.

Com este simpósio internacional, segundo Renato Lima, presidente da ARE, pretendeu-se dar continuidade à aprendizagem sobre a regulação que o país iniciou recentemente. “Durante esses três dias tivemos temas pertinentes apresentados por especialistas da Argentina, Brasil e Portugal, que representam várias agências com as quais a ARE tem acordos de cooperação. Eles trouxeram a sua experiência de regulação”, revela Lima.

E porque a ideia não era apenas juntar especialistas, afirma o presidente do CA da ARE, foi apresentado um leque bastante abrangente de temas, que foram desde os assuntos mais técnicos aos relacionados com a cidadania. “Procurámos atingir um leque variado de pessoas, sobretudo as interessadas em questões da regulação. Ao fim e ao cabo, penso, este simpósio acabou por abarcar toda a gente”, celebra Renato Lima.

Constância de Pina

Sexta-feira, 13 de Outubro de 2006

asemana



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE JURO		
Data	Tipo	Taxa (%)
Oficiais		
31-05-1999	Redesconto	8.50
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7.50
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1.00
05-10-2006	Mercado Monetário Interbancário 1)	6.00
10-10-2006	Taxa Base Anual 2)	3.01
Títulos da Dívida Pública		
10-10-2006	Bilhetes de Tesouro - 364 dias	3.00
05-09-2006	Obrigações de Tesouro - 4 anos	5.25

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 11-10-2006				
País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	77.833	77.974
SUICA	CHF	100	6,924.594	6,937.370
DINAMARCA	DKK	100	1,477.611	1,480.300
EUROPA	EUR	1	110.265	110.265
INGLATERRA	GBP	1	163.265	163.568
JAPAO	JPY	100	73.461	73.588
NORUEGA	NOK	100	1,317.457	1,320.147
SUECIA	SEK	100	1,187.541	1,190.398
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	87.844	88.046
SENEGAL	XOF	100	16.810	16.810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11.171	11.373

1. A taxa do Mercado Monetário Interbancário (MMI) é uma taxa média ponderada de oferta de fundos entre as instituições participantes no MMI.

2. A Taxa Base Anual (TBA) é uma taxa indexante para aplicações sem risco, criada para servir de referência à procura e oferta de fundos. É uma taxa anual nominal, convertível semestralmente, equivalente à taxa anual média efectiva das 20 últimas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT's), de qualquer prazo, ponderadas pelos respectivos montantes.

O período de referência é o imediatamente a seguir a cada nova emissão.

Valentim Rodrigues promete processar a Capitania dos Portos que lhe reteve durante três dias o camião sob pretexto de que este transportava areia de mar, cuja apanha é proibida por lei. Diante da falta de provas e de argumentos, a Capitania dos Portos acabou por liberar o veículo, um Toyota tipo Dyna 150, na quarta-feira à tarde.



A areia da discórdia

Balanta, como é conhecido o empresário Valentim Rodrigues, afirma que já contratou um advogado para tratar do processo, porque acha que se trata de “abuso de poder”. Conforme diz, o capitão dos portos, João de Deus Carvalho Silva, não quis saber das suas explicações e muito menos se deu ao trabalho de analisar a carga transportada para verificar se se tratava de areia do mar – na verdade a areia tinha sido colhida numa ribeira de São João Baptista – afirmando, na altura da detenção, que o camião transportava “areia de mar e pronto. O carro vai ficar preso”.

Ainda segundo Balanta, antes do ocorrido, na segunda-feira, a polícia abordou o condutor do Dyna 150 na Cidade Velha, e constatou que o material que transportava era mesmo areia de ribeira, pelo que não

houve problemas. Numa segunda vez, diz, “um dos polícias achou que já era abuso voltar com o carro cheio e por isso tinha que levar o veículo para a Capitania dos Portos”.

Chegando lá, o capitão dos Portos não os atendeu, mas autorizou a detenção do carro conta Valentim Rodrigues. Quanto ao condutor, Nelito, ficou detido cerca de três horas, quando “todos os seus documentos e os do carro estavam em dia”. “Achei estranho quando me avisaram que ele tinha sido preso e fomos saber o porquê. Um dos agentes disse que Nelito tinha sido preso por engano e por isso já podia ir para casa”, refere.

Rodrigues informa ainda que os agentes não aplicaram nenhuma multa ao condutor porque “estavam num impasse, não estavam certos de que se

tratava de areia do mar”. Por outro lado, diz, “estavam com medo, não queriam desobedecer”. E indignado com o que considera um acto de perseguição do capitão contra si, o empresário jura que alguém vai responder pela prisão indevida do condutor e a imobilização do seu camião por três dias. “Não é a primeira vez que ele age desta maneira comigo”, afirma. Uma situação que, a acreditar nas palavras de Rodrigues, arrasta-se há algum tempo.

“Da última vez que mandou prender o meu carro, disse ao meu filho que procurasse um advogado, porque eu tenho dinheiro”. Na altura, há cerca de dois meses, Balanta teve de pagar uma multa de 30 contos para ter o veículo de volta. Dessa vez, confessa que tinha mesmo o veículo carregado de areia de

mar, só que comprada numa via pública da zona de Pensamento. “Não há nada na lei dizendo que é proibido comprar areia na via pública. A lei diz, sim, que não se pode retirá-la das praias”, sustenta, salientando que as autoridades têm conhecimento dos locais onde é vendida a areia do mar, mas nada fazem. “Apenas prendem e aplicam coimas aos carros que compram inocentemente”, diz Balanta.

Desde aquele dia, diz Balanta, optou pela compra de areia de ribeira na zona de São João Baptista. E recomendou ao filho e ao condutor para não comprarem areia do mar em nenhum lugar, porque não quer ter nenhum tipo de problema com as autoridades.

A Semana tentou contactar a outra parte, a Capitania dos Portos, mas sem sucesso

PJ recaptura ex-comissário de bordo foragido

Escondido numa “cidade de barracas”



A fuga de Caló, ex-comissário de bordo da TACV, chegou ao fim na ilha da Boa Vista, duas semanas após a sua evasão da cadeia de S. Martinho, onde estava detido por posse de droga. Três agentes da Judiciária surpreenderam o foragido numa “cidade de barracas” estabelecida à margem da vila de Sal-Rei por pessoas originárias da ilha de Santiago.

Quando Carlos Navy foi detido, tinha na sua posse mais de trezentos contos, dinheiro que, na opinião de uma fonte da PJ, dava para permitir a sua saída do território cabo-verdiano.

Tudo indica que Caló estava sob protecção de pessoas relacionadas com a “cidade de barracas”. Uma hipótese

que está sendo investigada pelas autoridades judiciárias. Até porque existem fortes desconfianças de que alguns indivíduos residentes na Boa Vista, naturais de Santiago, tinham “negócios” com o ex-comissário de bordo.

Ainda não foi avançado o número de dias que o foragido esteve escondido na Boa Vista nem o nome da embarcação que o transportou para esse destino. O mais provável, na opinião da nossa fonte, é que ele tenha seguido num dos vários barcos de pesca que fazem ligação constante entre Santiago e Boa Vista.

Caló ainda não explicou às autoridades policiais os motivos que o levaram a evadir-se da prisão a 27 de Setembro.

O presidiário, detido por posse de dois quilos de cocaína, tinha sido transportado para o hospital da Praia supostamente para tratar uma infecção urinária e aproveitou a ocasião para desaparecer do mapa. Segundo consta, apenas um guarda estagiário desarmado o acompanhou ao hospital.

Quando foi detido, Caló estava aparentemente saudável mas com um ar triste. Neste momento continua nas instalações prisionais da Judiciária, devendo ser encaminhado para as celas da cadeia de S. Martinho neste final de semana. Com a sua fuga, Caló complica ainda mais a sua situação perante a Justiça cabo-verdiana.



Família do agredido exige justiça

Invasão de propriedade e golpes de enxada

A família de Raul Moreira, agredido com uma enxada por pessoas que invadiram a propriedade da sua família, no passado dia 24 de Setembro, na localidade de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Domingos, pede Justiça a quem de direito. Arlindo Moreira, irmão da vítima, diz que vai até às últimas consequências para fazer valer a justiça e ver os quatro agressores de Raul na cadeia.

Os familiares de Raul Moreira estão indignados e inconformados com a “demora ou ausência” de justiça. “É uma total falta de respeito para com as famílias cabo-verdianas, que vira e mexe, perdem um ente por causa de irresponsáveis”, é o desabafo do irmão da vítima quase um mês depois de Raul ter sido agredido a golpes de enxada por vizinhos que lhe invadiram a propriedade.

Apesar dos graves ferimentos, os agressores continuam em liberdade. E, mais grave do que isto, diz Arlindo Moreira, a fazer mais “rebuliço” na zona onde mora a família da vítima. Conforme conta, no dia da agressão estes indivíduos foram presos pela Polícia de São Domingos e

apresentados ao Tribunal da Comarca da Praia, mas foram libertados porque “o Tribunal encontrava-se de férias”. A Semana tentou confirmar essas informações junto do Tribunal, mas sem sucesso.

Uma situação que, segundo Moreira, é “de lamentar, porque tratando-se de uma agressão grave e que põe em risco a vida de uma pessoa, esses indivíduos deveriam estar todos na cadeia a aguardar julgamento”. A família promete, assim, “ir até às últimas consequências para vê-los atrás das grades”. Até porque, se nada for resolvido pelas autoridades competentes, “pode acontecer alguma desgraça”, diz o irmão de Raul Moreira, ameaçando fazer justiça com as próprias mãos.

O pomo da discórdia

A rivalidade entre Raul Moreira e um grupo de jovens vizinhos começou quando dois indivíduos invadiram a horta da família estragando a plantação de melancia. Ao tomar conhecimento do ocorrido, Raul foi pedir explicações aos rapazes por essa atitude incorrecta. Como reacção, e

ainda segundo Arlindo Moreira, um dos invasores, o Mino, “disse que essa não era a primeira vez que invadia a horta e que não seria a última”. E o prometido foi cumprido: “No dia seguinte, a nossa propriedade foi violada novamente”, acrescenta.

Arlindo conta que o seu irmão tentou, uma vez mais, chamar a atenção de Mino. E foi então que este, com mais três homens, partiu para a violência, agredindo-o a golpes de enxada na cabeça e nas costas. Raul foi levado para o Hospital Agostinho Neto, na Praia, onde ficou internado até quarta-feira da semana passada. Porém, segundo Arlindo, a lesão é muito grande e Raul ainda sente muitas dores na cabeça. “Não sei se ele ficará como dantes”, acrescentou.

A família Moreira está agora a tentar recuperar as perdas na sua horta, para poder custear o tratamento de Raul. “Dependemos da terra para sobreviver. Já sofremos várias invasões e vários roubos. Hoje, não tenho nem motor para tirar água para a rega”, queixa-se Arlindo Moreira.

Marcha contra o Cancro da Mama

Não é uma doença do topo, quando se contam as vítimas a nível do país, mas em Cabo Verde, a exemplo do que acontece noutras partes do mundo, o cancro da mama vai ganhando espaço. A seu favor a ignorância de muitas mulheres em relação ao seu corpo e o desconhecimento de que a detecção precoce é a grande aposta. Contra esta realidade, e para sensibilizar a população contra a doença, um grupo de cidadãos marcha este sábado, 14, pelas ruas da capital.

Um grupo de cidadãos praienses, homens e mulheres, decidiu trazer à tona o debate relativamente ao cancro de mama. Doença que, se for diagnosticada precocemente, tem grandes hipóteses de cura, o cancro de mama mata, anualmente, milhares de mulheres em todo o mundo. Uma realidade que pode, também, repetir-se em Cabo Verde.

É pensando nisso que esse grupo, que tem à frente figuras conhecidas da capital, lança o tema ao debate a partir de uma marcha a acontecer este sábado na capital. Uma marcha que tem como principal objectivo “sensibilizar e levar as mulheres a fazerem o rastreio, para que a doença tenha uma solução benigna em tempo útil”. Um rastreio que pode ser feito no país, através de um exame conhecido como mamografia. Contudo, no Hospital Agostinho Neto, há vários meses que não se faz este exame, por problemas com o equipamento.

A marcha, que arranca às 16 horas, vai percorrer à avenida Cidade de Lisboa até a rotunda de Lém-Ferreira, tomando aí o percurso da Marginal, com o término previsto no pavilhão desportivo Vavá Duarte. Aí a actividade continua, com um espectáculo no qual estarão presentes vários artistas nacionais que aceitaram vestir a camisola da luta contra o cancro da mama.

Imigrante guineense acusa Polícia de Santa Catarina de agressão

Um cidadão da Guiné-Bissau, imigrante em Cabo Verde, acusa a Polícia de Santa Catarina de o ter agredido física e moralmente. Honesto Hatna Tchuda, de 24 anos, afirma ter sido espancado por um dos agentes da Polícia de Assomada, a mando dum oficial da Polícia Nacional, António Pereira, com “pontapés nas pernas e inúmeras bastonadas nas palmas das mãos”. Pressões psicológicas e o facto de ter sido atirado “para dentro de uma das celas como se de um porco se tratasse” são outras acusações feitas pelo guineense.

Tudo isso, segundo o imigrante, para o obrigar a assumir um crime que garante não ter cometido. Honesto Tchuda é acusa-

do de ter comprado um telemóvel roubado por uma menor, de nome Cuca. Tchuda conta, ainda, que depois de algumas horas encarcerado foi libertado, mas sob a condição de pagar 12 contos à proprietária do telemóvel. “Caso contrário seria torturado”, acrescenta, para realçar que não cedeu à “chantagem” da Polícia.

Tchuda, que vive em Assomada, onde trabalha na construção civil, mais precisamente nas obras do Hospital de Cruz Grande, diz-se “inconformado e profundamente magoado” com a atitude das autoridades policiais já que acreditava estar num “país amigo da Guiné-Bissau”, onde os guineenses “deveriam receber a melhor

atenção possível, como os cabo-verdianos recebem na Guiné-Bissau”.

Diante das acusações de Tchuda, A Semana falou com o capitão do Comando Regional de Santa Catarina, Manuel Tomás dos Santos, que afirma não ter conhecimento nem da agressão nem da prisão do imigrante, que nem sequer “apresentou denúncias nesse sentido”.

Segundo o comandante, Honesto Tchuda prestou declarações na esquadra de Assomada e “logo depois saiu sem ter sofrido nenhum tipo de agressão”. Conforme conta o capitão Santos, foi Tchuda quem se propôs a pagar o telemóvel, mas não “aceitámos a sua proposta”. “Ele nunca foi obrigado a pagar

esse valor. Até porque não temos nenhuma sustentabilidade legal para tal lhe exigir”, acrescentou.

A Organização de Apoio aos Estrangeiros em Cabo Verde (OAE-CV) já tem conhecimento do caso, pelo que promete intervir e mais uma vez “apoiar todos os estrangeiros que têm sofrido discriminações por parte da sociedade cabo-verdiana”, começando pela maior abertura para a legalização dos imigrantes.

A Semana sabe que o processo do furto do telemóvel, no qual o imigrante guineense está, supostamente, envolvido, já foi encaminhado para o Tribunal de Santa Catarina no início de Setembro.